

Artículo Original

A TERAPIA OCUPACIONAL ESTARIA CONSTITUINDO UM CAMPO EPISTEMOLÓGICO SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS?

¿CONSTITUYE LA TERAPIA OCUPACIONAL UN CAMPO EPISTEMOLÓGICO SOBRE LAS RELACIONES RAZALES?

WOULD THE OCCUPATIONAL THERAPY BE CONSTITUTING A EPISTEMOLOGIC FIELD ABOUT THE RACIAL
RELATIONS?

Magno Nunes Farias¹. Sofia Martins².

¹ Professor Adjunto da Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia, Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: magnonfarias@hotmail.com.
ResearcherID: E-6756-2019.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9249-1497>

² Terapeuta Ocupacional do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, Doutora em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: to.sofiamartins@gmail.com.
ResearcherID: AAS-8997-2020.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0522-4164>

Recibido: 03/08/2022
Aceptado: 13/11/2023
Publicación: 22/11/2023

Resumo: A terapia ocupacional tem se debruçado epistemologicamente sobre processos de exclusão de determinados grupos sociais e utilizado influências de diversos movimentos sociais para elaborar processos de resistência/enfrentamento, mas ainda tem negligenciado aqueles oriundos da categoria analítica racismo. Nesse contexto, por meio da modalidade textual ensaística, destacam-se dois eventos ocorridos no século XXI que parecem convocar para leituras de epistemologias raciais - o movimento Black Lives Matter (BLM) e a distribuição desigual das mortes distinguidas pelo marcador social de raça no cenário da pandemia. Utiliza-se como subsídio teórico o surgimento do Movimento Negro (MN) (especialmente a partir da década de 1970) no contexto brasileiro e suas contribuições para construir outra interpretação histórica da realidade da população negra e da relação com a diáspora africana. Apontar a negligência e a invisibilidade das contribuições do MN, nos possibilita refletir sobre os motivos da incompreensão e manutenção de processos de exclusões, extermínios e letalidades conduzidas pelas categorias “opressão” e “racismo”, essenciais para o entendimento desses processos num contexto do Brasil atual. Por fim, destacam-se demandas e caminhos que podem compor o compromisso da área para aquilo que está por vir e o desafio de lutar pela implementação de políticas públicas em prol de equidades e justiça sociais para a população negra.

Palavras-chave: População negra; Racismo; Terapia Ocupacional; Mudança Social.

Resumen: La terapia ocupacional se ha centrado epistemológicamente en los procesos de exclusión de ciertos grupos sociales y ha utilizado influencias de diversos movimientos sociales para elaborar procesos de resistencia/afrentamiento, pero aún ha descuidado aquellos de la categoría analítica racismo. En este contexto, a través de la modalidad textual de ensayo, aquí se destacan dos eventos que ocurrieron en el siglo 21 que parecen requerir lecturas de epistemologías raciales: el movimiento Black Lives Matter (BLM) y la distribución desigual de muertes distinguidas por el marcador social de raza en el escenario de pandemia. El soporte teórico es el surgimiento del Movimiento Negro (MN) (especialmente desde la década de 1970) en Brasil y sus contribuciones para construir otra interpretación histórica de la realidad de la población negra y la relación con la diáspora africana. Señalar la negligencia e invisibilidad de las contribuciones del MN, nos permite reflexionar sobre las razones de la incompreensión y el mantenimiento de los procesos de exclusión, exterminio y letalidades llevados a cabo por las categorías "opresión" y "racismo", esenciales para la comprensión de estos procesos en un contexto brasileño actual. Finalmente, destacamos demandas y caminos que pueden conformar el compromiso de la área con lo que está por venir y el desafío de luchar por la implementación de políticas públicas de equidad y justicia social para la población negra.

Palabras Claves: Población negra; Racismo; Terapia Ocupacional; Cambio social.

Abstract: The occupational therapy have been studying processes of exclusion of certain social groups epistemologically and have been utilizing the influence of diverse social movements to elaborate resistance/confrontation processes. However, processes that arise from the racism analytical category are neglected. In this context, through the textual essay genre, two events that occurred in the XXI century suggest an invitation for epistemological racial reading The Black Lives Matter (BLM) movement and the uneven death distribution evidenced by the social marker of race in the pandemic scenario. The Black Movement (MN) (especially from the 1970s) in the Brazilian context and its contributions for building another historical interpretation of the black population and the relation with the african diaspora is utilized. The negligence and the invisibility of the MN allow us to reflect regarding the reasons behind the incomprehension and the maintenance of exclusion, extermination and processes of lethality. All of them conducted by the categories "oprehension" and "racism" which are essential for the understanding of these processes in an actual brazillian context. Finally, appeals and ways that can compose the field's engagement for future situations are presented. The challenge of fighting for the implementation of public policies regarding equities and social justices for the black community are also highlighted.

Keywords: African Continental Ancestry Group; Racism; Occupational Therapy; Social Change.

1. Introdução

Terapeutas ocupacionais lidam com as vidas humanas, objetivando facilitar o alcance do bem-estar, da garantia de direitos e do rompimento de processos de exclusão de determinados grupos sociais. Reconhecemos o esforço dos/as pesquisadores/as referente a constituição da área no contexto brasileiro, mas ainda há um desafio que se coloca quando centralizamos os debates e as problemáticas pautados no marcador de raça, em tela o grupo negro, soma de pessoas autodeclaradas pretas e pardas - representado por 56% da população do país (Brasil, 2013).

Chamamos a atenção para o desafio porque há estruturas de opressão e privilégio que operam como impeditivas para que essa maioria se veja representada nos distintos espaços – na universidade, no mundo do trabalho, no acesso a serviços públicos e nos âmbitos parlamentares e judiciários. Somado a isso, jovens negros são os mais vulneráveis frente às forças policiais; e a população negra segue sofrendo com a criminalização da raça e da pobreza e os devastadores e incontáveis casos silenciados e invisibilizados de racismo no Brasil, que se tornaram ainda mais evidentes na trágica pandemia da COVID-19 (Moutinho et al., 2020).

Neste ensaio, buscamos compartilhar reflexões e propor um diálogo, que não tem a pretensão de serem esgotados aqui, conduzidos por um conjunto de considerações a partir da tardia chegada das questões raciais para a área da terapia ocupacional; do destaque de dois eventos que ocorreram no século XXI, que nos parece convocar para leituras de epistemologias raciais e de compreensão das especificidades do cenário afro-brasileiro; e, por fim, apresentamos demandas e caminhos que acreditamos fazer parte do compromisso da terapia ocupacional para aquilo que ainda está por vir.

A TARDIA CHEGADA DAS QUESTÕES RACIAIS PARA A TERAPIA OCUPACIONAL

Abrimos o debate a seguir, instigando e provocando as/os colegas da área a equacionarem as marcas históricas e estruturais do racismo e da opressão que envolvem os sujeitos negros, especialmente por dentro da episteme da terapia ocupacional.

Desde a criação do curso de terapia ocupacional em 1956 no Brasil, a profissão tem delineado um conjunto diversificado e contextualizado de referenciais teóricos e metodológicos que constituem seus saberes e práticas. A análise dos modos de saber-fazer da terapia ocupacional torna possível a identificação e a reflexividade sobre perspectivas, referências, modelos e abordagens que configuram/configuraram o entendimento e as ações do núcleo profissional, em uma perspectiva longitudinal e historiográfica (Galheigo et al., 2018).

Galheigo et al. (2018) analisa e caracteriza que, entre 1956 e 2017, a terapia ocupacional experienciou quatro movimentos de perspectivas teórico-metodológicas e referenciais teórico-práticos influenciados por um conjunto de marcos históricos, sociais e políticos. Em síntese, nesse processo é possível identificar a incorporação de referenciais internacionais - de caráter técnico e consonante com o modelo biomédico hegemônico, e nacionais – como a implementação das políticas sociais. Nesse conjunto epistemológico de perspectivas adotadas pela área de terapia ocupacional é interessante pontuar sua expressão complexa e diversificada, trazendo importantes influências de movimentos sociais de resistência no contexto da redemocratização e de implementações das políticas sociais pós-constitucionais.

Nesse sentido, a terapia ocupacional tem discutido problemáticas da condição humana da vida das pessoas desde aspectos individuais até dimensões coletivas. Essas condições dizem respeito às diversas populações e campos de atuação da profissão, relacionados a deficiências, reabilitação física, saúde mental, educação, cultura, saúde e direitos do trabalhador, hospitalar, campo social. No entanto, faz-se interessante questionar aqui os motivos da invisibilidade dos tensionamentos, participação e contribuição do Movimento Negro nesses contextos, especialmente quando damos luz ao surgimento temporal e histórico desse Movimento.

Gomes (2019) afirma o papel do Movimento Negro, desde a primeira década do século XX até os dias atuais, como educador, produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. A autora tam-

bém destaca as contribuições que esse movimento social trouxe para o centro dos debates teóricos e epistemológicos das Ciências Humanas, Sociais, Jurídicas e da Saúde nas diversificadas discussões sobre “racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo” (Gomes, 2019, p. 13).

Um exemplo disso ocorre especialmente no final da década de 1970, ainda no período da ditadura militar, em que o Movimento Negro, que se fortalece junto com um conjunto de outros movimentos sociais, contribui de maneira importante para a construção de uma outra interpretação histórica da realidade da população negra e da relação com a diáspora africana; alertando a sociedade e o Estado que a desigualdade, para além de uma herança associada a um passado escravista, é um fenômeno complexo e multicausal entre os planos econômico, político e cultural (Gomes, 2019). Nesse contexto, o que conseguimos visualizar é uma chegada tardia das considerações centradas nas questões raciais na área da terapia ocupacional.

Compreendemos que a negligência e a invisibilidade das contribuições do Movimento Negro, especialmente para o contexto brasileiro, na produção de conhecimento em terapia ocupacional reverberam na incompreensão e na manutenção de processos de exclusões, violências, extermínios e letalidades conduzidas por duas categorias analíticas essenciais para o entendimento desses processos: opressão e racismo. Assim, um conjunto de problemáticas configuradas pelo contexto histórico, econômico, cultural e colonial mostram-se como um caminho urgente a se percorrer para consolidar uma terapia ocupacional que nos leve a incômodos de como, nós, enquanto área, temos nos constituído e assumido a responsabilidade e o compromisso com relação às questões raciais.

A reflexão de Beagan (2021, p. 3, tradução nossa) é provocativa para considerar a urgência de repensar os incômodos:

[...] significa que é necessária uma análise crítica para ver quem criou políticas e estruturas racistas, quem se beneficia delas, quais práticas as defendem, quais grupos estão trabalhando para fazê-los e onde as incursões podem ser feitas para mudá-las.

EVENTOS DO SÉCULO XXI E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL

Um dos eventos que oscilou a terapia ocupacional no século XXI ocorreu em 2020, a partir de uma efervescência de posicionamentos a favor do movimento Black Lives Matter (BLM) guiados pelo assassinato do George Floyd, afro-americano, por um policial branco, no decorrer da pandemia causada pela COVID-19 (Amorim et al., 2020). Inclusive corrobora a esse argumento, a declaração emitida pela Federação Mundial de Terapia Ocupacional, no dia 19 de junho de 2020, solidarizando-se ao movimento BLM e condenando o racismo sistêmico (WFOT, 2020). Defendemos que imprescindível o reconhecimento da força e da relevância das iniciativas e ações convertidas em desdobramentos na área, mas é crucial questionar, especialmente, a partir do contexto de surgimento do Movimento Negro no Brasil e histórico de denúncias racistas, genocídios e letalidades, sobre os motivos que impulsionaram as ações, já que elas emergiram dos Estados Unidos.

O movimento estadunidense BLM denuncia a brutalidade e o racismo policial desde 2013 e se popularizou, em 2014, após a morte de Eric Garner (Taylor, 2018). No caso da terapia ocupacional, apesar de raríssimas menções, iniciativas e esforços expressos em produções referentes e especificamente relacionadas ao racismo e às desigualdades raciais, constatamos um posicionamento embrionário, que nos parece ter emergido como reconhecimento da insuficiência do discurso das desigualdades sociais no cenário brasileiro, até então, muitas vezes, reduzidos à pobreza. Parece-nos ainda que o registro da morte cruel de Floyd alçou questões e complexidades configuradas pelas questões raciais, comumente apagadas, negligenciadas, invisibilizadas por discursos de neutralidade e da harmonia da democracia racial.

Outro evento é o desencadeado pelos impactos desiguais de distribuição das mortes internacionais e nacionais distinguidas pelo marcador social

das diferenças de raça no cenário da pandemia de COVID-19 (Oliveira et al., 2020). No caso dos setores social e saúde é necessário destacar que o preenchimento do quesito de cor/raça como um indicador compõe um dos objetivos específicos da Política Nacional de Saúde Integral à População Negra (PNSIPN) de 2009 (Brasil, 2017). No entanto a tentativa de consolidação do item ainda permanece frágil, explicitada na grave subnotificação de taxas de incidência e mortalidade por COVID-19 (Oliveira et al., 2020).

O destaque dos dados nos Estados Unidos da América, que tem especificidades referentes ao setor saúde, mas também um período histórico colonial e escravagista semelhante ao Brasil, possibilita o acesso de informações nos dados oficiais por recorte racial. Os registros mostram que nas primeiras semanas de abril/2020, na cidade de Chicago 70% das mortes por COVID-19 correspondiam à população negra, em Michigan 40% e Milwaukee (Wisconsin) três quartos de afro-americanos (Oliveira et al., 2020).

Enquanto isso, no território brasileiro, o Ministério da Saúde divulgou sistematicamente a evolução da doença por meio dos Boletins Epidemiológicos, mas, contrariamente, não contemplavam as informações discriminadas por raça/cor. Após pressão do Movimento Negro, a obrigatoriedade do registro e publicização dos dados da COVID-19, em meados de abril/2020, segundo esse quesito, foi determinada pela Justiça Federal do Rio de Janeiro. No entanto, essa informação vem sendo ignorada, mantendo o padrão de subnotificação e as consequentes dificuldades de análise das disparidades raciais. De forma geral, é possível identificar nas análises feitas, em maio/2020, uma redução da proporção de óbitos e hospitalização de brancos (62,9% para 41%) ao mesmo tempo em que há aumento dos índices dos negros (34,3% para 57%), sinalizando desigualdades no acesso a serviços de saúde e maior vulnerabilidade populacional (Oliveira et al., 2020).

Assim, a partir desses acontecimentos de injustiça e desumanidade, as questões da população negra para a terapia ocupacional brasileira vão ganhando cada vez mais espaço (com força de estudiosos e pesquisadores que se veem aprimorando no assunto há algum tempo e apesar de quantitativamente ser um conjunto pequeno foram e são presentes), frente a exigência macrossocial de se

posicionarem como agentes não neutros em uma sociedade estruturada pelo racismo. Assim, alguns movimentos tomam notoriedade para impulsionar esse debate, provocando a implementação de ações pela profissão, tais como: a construção de um Manifesto Antirracista da Terapia Ocupacional Brasileira, construído por diversos profissionais da área; o lançamento da campanha #TerapiaOcupacionalAntirracista pela Associação Paulista de Terapia Ocupacional – ATOESP; a divulgação da Nota Manifesto #VidasNegrasImportam pela Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais – ABRATO, em defesa da luta da população negra a partir de uma terapia ocupacional crítico-reflexiva e antirracista (Amorim et al., 2020).

Além disso, terapeutas ocupacionais autodeclarados como negros foram convidados a constituírem espaços para divulgação e formação sobre a temática das relações raciais com interface com a terapia ocupacional. Ambrosio et al. (2020), em pesquisa de mapeamento dos encontros realizados por terapeutas ocupacionais, identificou que, somente em 2020, houve oito encontros virtuais no Brasil para a construção desses debates.

Assim, sem deixar de reconhecer produções pioneiras sobre as questões étnico-raciais, como os trabalhos articulados pela autora Denise Dias Barros (Barros, 2002), que, embora não utilizem da categoria analítica raça/racismo com centralidade no processo de produção do conhecimento, é embrionária na agenda política da terapia ocupacional em pautar África, é possível identificar que um período de grande mobilização foi vivenciado nessa conjuntura, que ressoam diretamente no campo da produção de conhecimentos, de práticas e de formação da terapia ocupacional.

O CONTEXTO AFRO-BRASILEIRO

Farias, Leite Junior e Amorim (2020, p. 241) enfatizam a incipiência da temática população negra nas produções de conhecimento da terapia ocupacional e a necessidade de estudos sobre a temática que estejam focalizados na realidade brasileira, “tendo em vista os fenômenos, práticas e produções de conhecimento mais atrelados aos aspectos que cercam a negritude nacional, bem como os aspectos de expressão cultural afro-brasileira”. Nesse sentido, reivindica-se a urgência da necessidade de terapeutas ocupacionais brasileiros com-

preenderem a realidade racial nas dinâmicas globais, mas, sobretudo, no contexto local, que se delineia historicamente de forma distinta, exigindo dos profissionais um domínio que possibilite atuar juntos aos diversos indivíduos e coletivos, nos diferentes campos de atuação.

Lélia Gonzalez (1988) discorre sobre as questões geopolíticas para compreender as tensões raciais, demonstrando que as sociedades de origem latina são marcadas pelo denominado racismo por denegação (ou racismo disfarçado) - que opera sustentado pelos discursos das “teorias’ de miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’” (Gonzalez, 1988, p. 72), com eficiência e sofisticação na manutenção das classificações sociais.

O racismo por denegação opera no Brasil fragmentando a identidade racial da população negra. Esse tipo de racismo distingue-se dos processos históricos de segregação explícita, como exemplo dos Estados Unidos da América, em que a identidade racial é rapidamente percebida e conduz, mais facilmente, a uma organização política e coletiva. Já no contexto nacional a organização também acontece, mas, de forma mais intensa, sob a égide do racismo disfarçado operacionalizado pela ideologia da branquidade, de modo específico a partir das barreiras que dificultam processos de identificação e organização coletiva (Gonzalez, 1988).

Munanga (2016) discorre que no Brasil o racismo é um crime perfeito.

Além de matar fisicamente os negros, como ilustra hoje o genocídio da juventude negra em todas as cidades e periferias brasileiras, o racismo à brasileira mata a consciência de todos/todas os (as) brasileiros(as), brancos(as) e negros(as), o que dificulta a mobilização das vítimas e a solidariedade dos outros contra atos criminais encobertos pelo mito da democracia racial. Costumo dizer que todas as formas de racismo são abomináveis, pois cada um faz vítimas, mas, comparativamente às outras formas do racismo existentes na história da humanidade, a brasileira é uma obra de engenharia ideológica sofisticadíssima. Ninguém se assume racista, ou seja, pratica-se racismo sem racistas! Que obra perfeita! Quer crime mais perfeito que esse?! (Munanga, 2016, p.181)

Assim, as relações raciais no Brasil têm suas particularidades afirmadas em uma historicidade marcada pela colonização e escravidão e por uma lógica de classificação racial que está em contínuo processo de manutenção de sua função, a depender da conjuntura social, como ocorreu pós-abolição. É fato, então, que “as práticas racistas do grupo racial dominante, longe de serem meras sobrevivências do passado, estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que os brancos obtêm da desqualificação competitiva do grupo negro” (Gonzalez & Hasenbalg, 1982, p.89).

Inclusive, essa manutenção do *status quo* opera na conjuntura atual, dentro de uma crise econômica, política, social e da própria democracia, pautada nas lógicas neoliberais, em que estão em jogo questões e demandas da população negra, em contexto global, e com suas especificidades brasileiras (Amorim et al., 2020).

As questões apresentadas aqui são centrais para tecer uma terapia ocupacional que compreenda as questões raciais, bem como a dinâmica da sociedade brasileira, que está radicalmente atrelada a essas problemáticas.

DEMANDAS PARA A TERAPIA OCUPACIONAL: DO RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL AO RACISMO COTIDIANO

Dentro do que já vem sendo proposto por diferentes grupos de terapeutas ocupacionais, que não se pretende destacar todos aqui (Ambrosio, 2020; Amorim et al., 2020; Beagan & Etowa, 2009; Costa et al., 2020; Farias et al., 2020; Farias et al., 2018; Leite Junior et al., 2021; Martins, 2021; Martins & Farias, 2020; Nicholls & Elliot, 2019), no que diz respeito a uma prática terapêutico-ocupacional antirracista, aqui pretendemos discorrer, brevemente, sobre alguns elementos, pautando-se, sobretudo, na realidade brasileira.

A partir de um debate sobre as problemáticas sociais que envolvem as desigualdades raciais, é necessário pensar e propor ações em terapia ocupacional compreendidas na dialética individual-coletiva/micro-macrossocial (Malfitano, 2016). Sendo, para nós, um processo central para compreender as questões raciais, dentro daquilo que diz de uma leitura

da realidade e da problemática expressa pela pessoa que só se alcança por um recorte metodológico específico, que seja capaz de revelar e interagir com aquilo que se oculta em manifestações que, apenas de forma superficial e reducionista, podem ser vistas como restritas ao indivíduo (Lopes et al., 2010, p. 142).

Assim, nos diferentes setores e campos que trabalhamos, é importante ter subsídios teóricos que favoreçam uma leitura atenta das estruturas coletivas de opressão, possibilitando o entendimento dos fenômenos que, por vezes, podem parecer individuais, mas que cumprem uma relação entre a história da sociedade que desemboca no cotidiano das pessoas.

Nesse sentido, a articulação para fomentar processos antirracistas/antiopressivos¹ (Farias et al., 2020; Farias & Lopes, 2021; Farias & Lopes, 2022) configura-se na tarefa de não reproduzir determinadas violências, mas, primordialmente, na mediação de processos de conscientização que atravessam os sujeitos que estamos juntos e os demais profissionais, independentemente de qualquer campo de atuação. Assim, embora muitas pessoas, inclusive terapeutas ocupacionais, afirmem-se como não racistas, o desafio em uma sociedade racializada é ser antirracista. Em outras palavras, além de não reproduzir essa lógica é preciso ser um agente ativo.

Alguns caminhos para essa tarefa, para além do que já foi dito, passam:

- I. Revisitar os percursos históricos da profissão, superando uma perspectiva neutra frente aos problemas sociais, e entender que a ação terapêutico-ocupacional é sempre técnica e política (Barros et al., 1999). Inclui-se admitir e assumir o abandono histórico do grupo profissional em relação às questões raciais, para, a partir daí, pensar formas de posicionamento e operacionalização das práticas antirracistas por meio do trabalho coletivo com seus pares e instituições representativas.
- II. Discutir teorias em torno do saber-fazer da terapia ocupacional, em diálogo com as teorias das relações raciais, subsidiando elementos teóricos para a formação inicial e contínua de terapeutas ocupacionais. Por exemplo, precisamos incorporar conhecimentos interdisciplinares como história e sociologia, além das temáticas sobre racismo e racismo institucional nos currículos dos cursos de terapia ocupacional no âmbito da graduação e da pós-graduação.
- III. Debater a prática profissional, voltando-se para a formulação de estratégias, recursos e tecnologias para a realização de trabalhos que compreendam as questões raciais em seus processos.
- IV. Conduzir as ações antirracistas de forma consistente, requerendo empenho e colaboração das lideranças e conselhos representativos da terapia ocupacional - não somente em datas pontuais, mas na construção de agendas permanentes de fomento de estratégias e políticas que possibilitem a prática da terapia ocupacional com caráter antirracista. Isso envolve buscar investimento em capacitação, articular financiamentos, recursos humanos etc.

¹ Baseando-nos nas elaborações de Farias e Lopes (2021; 2022), aqui optamos por escrever da forma “antirracista/antiopressiva” para dar ênfase ao tema do ensaio (que envolve os aspectos de raça), mas sem se esquecer das outras formas de opressão, que inclusive

se interseccionam com as problemáticas raciais, como classe social, gênero, sexualidade, território etc., e que precisam estar em diálogo com uma práxis antirracista.

Dentro de todo esse processo, um ponto importante, é compreender, que em diferentes setores de atuação da terapia ocupacional no Brasil já existem políticas públicas sociais para fomentar o trabalho voltado para os debates sobre as desigualdades raciais, e que terapeutas ocupacionais podem ser articuladores dessas políticas em diferentes setores, tendo como parâmetro o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010). Assim, os caminhos apresentados tratam os recursos profissionais como centrais para estar e agir no campo social, no fomento da cidadania e universalização dos direitos (Lopes, 2016). Acreditamos que esses quatro pontos sejam elementos orientadores para uma práxis antirracista e para a construção de instrumentos próprios para a terapia ocupacional, no trabalho cotidiano, mas também em agendas dos conselhos representativos.

Compreendemos, a partir das leituras de Grada Kilomba (2019), que é fundamental o entendimento pelos terapeutas ocupacionais das dimensões do racismo estrutural e institucional e suas relações, sobretudo, com o racismo cotidiano. Isso porque os terapeutas ocupacionais possuem a capacidade de “poder contribuir para a elaboração crítica do cotidiano do sujeito” (Galheigo, 2003, p. 108), o que permite o agir conjunto com o/os outro/os para pensar e compreender essa vida de todo dia, que, de certo, são marcadas pelas relações de racialização.

Ou seja, entendemos que os terapeutas ocupacionais precisam, de forma dialética, compreender as perversidades do racismo estrutural, que operam nas estruturas sociais e políticas; do racismo institucional que estabelece as desigualdades em nível dos sistemas e das agendas educativas, de saúde, mercado de trabalho, justiça criminal, etc.; mas, especialmente, analisar como essas questões podem ser sensíveis e geradoras de dores no cotidiano dos sujeitos - ao que Kilomba (2019) denomina de racismo cotidiano. Sobre a especificidade desse racismo, compreende-se que “o racismo cotidiano não é um ‘ataque único’ ou um ‘evento discreto’, mas sim uma ‘constelação da experiência de vida’, uma ‘exposição constante ao perigo’, um ‘padrão contínuo de abuso’ que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família” (Kilomba, 2019, p. 80).

Nesse sentido, instrumentalizar essa categoria de racismo no cotidiano, e suas dimensões com as relações estrutural e institucional, é central para os terapeutas ocupacionais atuarem, e, sobretudo, compreenderem de forma concreta as consequências diárias de sociedade estruturada na (re) produção das desigualdades raciais (Martins, 2021).

O QUE ESTAR POR VIR?

Uma pergunta que nos atravessa enquanto terapeutas ocupacionais frente a esse conjunto de reflexões é: será que estaríamos caminhando para a constituição de um campo epistêmico sobre as relações raciais na terapia ocupacional? Estaríamos em uma experiência, como anuncia a artista Karine de Souza Silva, da precariedade à potência? Para nós, a constituição de um campo de conhecimento soa como um caminho interessante, mas admitimos que requer um percurso longo ainda, dentro daquilo que diz da necessidade de retomar a história, reinventar o presente e projetar o futuro. Assim, constatamos que um conjunto diversificado de movimentos ainda é requerido para a consolidação/ocupação desse tema dentro da terapia ocupacional, como nas bases legais, curriculares, representativas e científicas.

Um aspecto que acreditamos ser importante pontuar é que esse caminho deve e pode possibilitar a amplitude de espaços para instrumentalizar e problematizar a prática profissional, devido à necessidade dessa temática estar cada vez mais qualificada no campo das produções de conhecimentos científicos. Dessa forma, nós, como terapeutas ocupacionais interessados nos cotidianos e nos modos de vida dos sujeitos, poderemos contribuir para entender e intervir nas problemáticas sociais, que dizem da racialização da sociedade, em prol de facilitar processos que tornem a vida das pessoas cada vez mais pautadas nas liberdades individuais e coletivas (Amorim et al., 2020; Farias & Lopes, 2021; Farias & Lopes, 2022), sobretudo, das populações historicamente vulneráveis, como a negra. Para isso consideramos urgente neste processo aceitar o desafio de lutar pela implementação de políticas públicas para a população negra, contando com o compromisso, a solidariedade e a responsabilidade política de todos os sujeitos profissionais em prol de equidades e justiça sociais.

2. Referencias

- Ambrosio, L. (2020). Raça, Gênero e Sexualidade: uma perspectiva da Terapia Ocupacional para as corporeidades dos jovens periféricos (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Ambrosio, L., Queiroz, A. G., Vital, R. Da S., & Silva, C. (2020). Terapia ocupacional e relações étnico-raciais na pandemia: entre apagamentos e visibilidades. En Encontro nacional de docentes em terapia ocupacional, Brasília. Anais.... Reneto, São Carlos – SP.
- Amorim, S. G., Martins, S., Leite Junior, J. D., & Farias, M. N. (2020). “Asfixias sociais” da população negra e questões para a Terapia Ocupacional. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO, 4 (5), 719–733. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto36144>
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (1999). Terapia ocupacional e sociedade. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 10(2/3), 69–74.
- Barros, D. D. (2002). Loucura na sociedade dogon - República do Mali. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 13(2), 64-70.
- Beagan, B. L. (2021). Commentary on racism in occupational science. Journal of Occupational Science, 28(3), 410-413. <https://doi.org/10.1080/14427591.2020.1833682>
- Beagan, B. L., & Etowa, J. (2009). The impact of everyday racism on the occupations of African Canadian women. Canadian Journal of Occupational Therapy, 76(4), 285–293. <https://doi.org/10.1177/000841740907600407>
- Brasil (2013). Características Étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE.
- Brasil (2017). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- Costa, M. C., Santos, A. C., Souza, J. V., Costa, J. C., Porto, R. M., & Freire, S. R. (2020). Laboratório ISÉ: construções de estratégias para restituição histórica e existencial de pessoas negras. RevisbraTO, 4(5), 734-741. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto36913>
- Farias, M. N., Leite Junior, J., & Amorim, S. S. (2020). Por uma formação e prática antirracista: considerações para a terapia ocupacional. Revista Chilena de Terapia Ocupacional, 20(2), 237–247. <https://doi.org/10.5354/0719-5346.2020.54658>
- Farias, M. N., Leite Junior, J. D., & Costa, I. R. B. B. (2018). Terapia ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO, 2(1), 228–243. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto12712>
- Farias, M. N., & Lopes, R. E. (2022). Terapia ocupacional social, antiopressão e liberdade: considerações sobre a revolução da/na vida cotidiana. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 30(spe), e3100. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN234531001>
- Farias, M. N., & Lopes, R. E. (2021). Pensar/fazer como prática da liberdade: a terapia ocupacional e o centenário de Paulo Freire. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e3027. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoED292021>

- Galheigo, S. M. (2003). O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 14 (3), 104–109. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i3p104-109>
- Galheigo, S. M., Braga, C. P., Arthur, M. A., & Matsuo, C. M. (2018). Produção de conhecimento, perspectivas e referências teórico-práticas na terapia ocupacional brasileira: marcos e tendências em uma linha do tempo. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(4), 723–738. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1773>
- Gomes, N. L. (2019). *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92(93), 69-82.
- Gonzalez, L., & Hasenbalg, C. (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Leite Junior, J. D., Farias, M. N., & Martins, S. (2021). Dona Ivone Lara e terapia ocupacional: devir-negro da história da profissão. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2171. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF2171>
- Lopes, R. E. (2016). Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. En Lopes, R. E. & Malfitano, A. P. S. (Eds.). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (p. 29–48). EdUFSCar: São Carlos.
- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., Borba, P. L. O., & Hahn, M. S. (2010). Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. *O Mundo da Saúde*, 35(2), 140–147.
- Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. En Lopes, R. E. & Malfitano, A. P. S. (Eds.). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (p. 117–133). EdUFSCar: São Carlos.
- Martins, S. (2021). *Repercussões da experiência de racismo nas ocupações maternas de mulheres negras: estratégias de enfrentamento*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP.
- Martins, S., & Farias, M. N. (2020). Práticas de terapia ocupacional e contexto sociocultural: caso de uma menina negra. En Gradim, L. C. C., Finarde, T. N., & Carrijo, D. C. M. (Orgs.). *Práticas em terapia ocupacional* (p. 32–37). Barueri [SP]: Manole.
- Moutinho, L., Cesarino, P. N., & Novaes, S. C. (2020). Precisamos falar sobre racismo e desigualdade social na academia e no campo editorial brasileiros. *Rev. Antropol.*, 63(2), 1-6. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.174716>
- Munanga, K. (2016). Trânsitos Africa-Brasil: entrevista. *Revista Observatório Itaú Cultural (OIC)*, 21.
- Nicholls, L., & Elliot, M. L. (2019). In the shadow of occupation: Racism, shame and grief. *Journal of Occupational Science*, 26(3), 354–365. <https://doi.org/10.1080/14427591.2018.1523021>
- Oliveira, R. G., Cunha, A. P., Gadelha, A. G., Carpio, C. G., Oliveira, R. B. & Corrêa, R. M. (2020). Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (9), 150120. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150120>

Silva, S. K. (2019). Karine de Souza apresenta sua obra “Da Precariedade à Potência”, Artigo 19 [Archivo de video]. Recuperado de: <https://artigo19.org/2020/08/06/karine-de-souza-apresenta-sua-obra-da-precariedade-a-potencia/>

Taylor, K.Y. (2018). O surgimento do movimento #vidasnegrasimportam. *Lutas Sociais*, 22(40), 108–123. <https://doi.org/10.23925/lis.v22i40.46658>

World Federation of Occupational Therapists (WFOT). (2020). Statement on systemic racism. Recuperado de: <https://wfot.org/assets/resources/WFOT-Statement-on-Systemic-Racism.pdf>



A terapia ocupacional estaria constituindo um campo epistemológico sobre as relações raciais?. está distribuido bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).